Primeira sessão do ano foi realizada ontem

PRIMEIRA DO ANO

Câmara retoma sessões com vetos do Executivo

A expectativa é que quatro vetos sejam acatados pelos parlamentares

RODRIGO SOARES / Redação DS

Após o recesso parlamentar que começou no fim de dezembro de 2017, os vereadores de Tangará da Serra realizaram na tarde desta terça-feira, dia 06 de fevereiro, a primeira sessão ordinária do ano. Na oportunidade, cinco mensagens de vetos do Executivo Municipal foram encaminhados à Casa de Lei, o que gerou discussão entre os parlamentares nos bastidores. De acordo com o presidente do legislativo tangaraense, vereador Hélio da Nazaré (PSD), a expectativa é que quatro vetos sejam acatados pelos parlamentares, que dispõem sobre a nominação de ruas. "Existem vetos que com certeza serão mantidos pelo Legislativo, que são simples e tratam sobre ruas que já tinham nome, então o prefeito acabou vetando. Contudo, tem um veto que dará mais 'pano para manga'", comentou o presidente da Câmara Municipal, ao se referir à mensagem de veto que trata a respeito da aprovação de um projeto de lei que dispõe sobre o pagamento da Reposição Geral Anual (RGA) dos servidores do Legislativo. "O Legislativo é um poder independente do Executivo, então se nós tivermos dotação orçamentária para darmos a RGA, podemos dar sim. O Executivo vetou esse projeto e caberá a nós analisarmos se existe ou não ilegalidade, optando por manter ou não o veto", disse. As mensagens de vetos deverão ser analisadas pelos vereadores nas próximas sessões, com o prazo máximo de 30 dias para a apreciação.

> Tem um veto que dará mais 'pano para manga'

Alguns dos vetos do prefeito a projetos aprovados na Câmara que deverão ser acatados pelo Legislativo tratam sobre a nominação Rua 18 do Jardim Santa Terezinha, de autoria da vereadora Dona Neide (MDB); e o projeto que dá nome a Avenida projetada no Bairro Parque do Bosque, de autoria do vereador Professor Sebastian (PSB).

MATO GROSSO

Governador de Mato Grosso, Pedro Taques

Governo diz que tem déficit de R$ 3 bilhões

G1 / MT

O governador de Mato Grosso Pedro Taques (PSDB) propôs em discurso na Assembleia Legislativa (ALMT), nesta terça-feira, 06, a criação de um fundo de estabilização fiscal no estado. O objetivo, segundo o governo, é equilibrar as contas públicas e estabilizar a economia no estado.

O fundo foi proposto sob a alegação de um déficit de R$ 3 bilhões.

Para a manutenção do fundo, segundo Taques, será preciso que os poderes abram mão dos valores repassados a eles. "Vivemos um momento difícil nas contas do estado e não só no Executivo. Precisamos desse fundo com recursos que todos deverão contribuir para que possamos sair deste momento", declarou Taques.

O contingenciamento do duodécimo, valor repassado aos poderes, está entre as medidas propostas pelo governo. O Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) se manifestou contrário a proposta. Já o Ministério Público Estadual (MPE) aceitou a negociação e deve receber R$ 2,3 milhões a menos durante três meses.